

# DESTAQUES DA SEMANA

## Tecnologia da Informação

4 a 8 de novembro de 2024

### Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A Confederação Assespro foi representada por **Cristiane Pereira**, presidente eleita da Assespro-DF, na reunião do LIDE-DF, que recebeu o senador **Eduardo Gomes** (PL-TO), para falar sobre o processo de debates sobre a regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil. O senador é relator do [PL 2338/2023](#), que deve ser votado pelo Senado Federal na última semana de novembro.

Na oportunidade, o senador destacou que um novo substitutivo será apresentado nas próximas semanas, com um texto menos restritivo ao setor empresarial.

**Cristiane Pereira** afirmou que o desenvolvimento de soluções baseadas em Inteligência Artificial no Brasil é uma grande oportunidade para as pequenas e médias empresas de TI, bem como estratégica do ponto de vista da soberania nacional. Reforçou que a Confederação Assespro tem defendido que qualquer regulação de um tema tão dinâmico ocorra inicialmente em um caráter principiológico e com foco na definição de pilares para maior segurança jurídica do desenvolvimento dessas tecnologias. Nesse contexto, questionou o senador como avançar nessa

regulamentação com um menor número de amarras e punições às empresas para que o Brasil não seja jogado para a periferia do desenvolvimento digital global.

## Proteção de Dados

- **Apresentado parecer sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.** O senador Flávio Arns (PSB/PR) apresentou [parecer](#) pela aprovação, na forma de substitutivo, do [PL 2628/2022](#) (*proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais*) e pela prejudicialidade das emendas, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). A matéria encontra-se agendada para deliberação na Comissão no dia 13 de novembro de 2024. Dentre outros pontos, o senador fez alterações para **vedar a utilização de técnicas de perfilamento** para direcionamento de publicidade a crianças e adolescentes, bem como o emprego de análise emocional, realidade aumentada, realidade estendida e realidade virtual para esse fim. Além disso, incluiu a exigências para que **tecnologias para crianças e adolescentes não violem sua privacidade ou direitos** ao tratar dados pessoais. Também acrescentou dispositivo para que haja o **controle e a desabilitação IA que não seja essencial e que possa prejudicar o desenvolvimento de crianças e adolescentes**, além de proibir o uso do dado sobre a idade para qualquer outra finalidade que não a verificação da idade. Para mais, acrescentou dispositivo para considerar violadores de direitos de crianças e adolescentes os conteúdos de exploração sexual, violência física, *bullying*, práticas publicitárias predatórias, injustas ou enganosas, dentre outras. Caso aprovada, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados - *salvo interposição de recurso para votação anterior no Plenário do Senado*.

## Internet

- **Nova Instrução Normativa exige cadastro direto no NIC.br para operadores de apostas lotéricas com Domínio 'bet.br'.** A [Instrução Normativa SPA/MF nº 11/2024](#) traz **novas diretrizes sobre o registro do domínio "bet.br"**, específico para canais eletrônicos de operadores que atuam na modalidade lotérica de apostas de quota fixa. A norma **exige** que esses agentes realizem a solicitação do referido domínio diretamente no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) após receber notificação. Entre os principais requisitos, destaca-se a obrigação de atender às normas estabelecidas pelo NIC.br para a aquisição do serviço e de indicar os registros de domínios "bet.br" que correspondem, no máximo, ao número de marcas comerciais a serem utilizadas, devidamente autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.
- **Banda larga ultrapassa 50 milhões de acessos oficiais no Brasil.** A divulgação de dados de assinantes da **banda larga fixa** no Brasil indicou **50,839 milhões de acessos** reportados pelas operadoras à Anatel durante o mês de setembro. A marca já havia sido alcançada ao longo deste ano. Como a Anatel ajusta nos meses seguintes as informações da banda larga (por conta de provedores que reportam dados com atrasos), é possível verificar que desde maio de 2024 o serviço contava com mais de 50 milhões de

acessos. Não são levados em consideração na conta da agência acessos de operadoras que não reportam informações ou que atuam na informalidade. Dados mais recentes da PNAD Contínua indicam que **86,9% dos domicílios particulares** do Brasil utilizaram Internet fixa em 2023 – o que representaria cerca de **68 milhões de lares**. Com informações de: [Teletime](#)

## Inteligência Artificial

- **PL 2238/24: Eduardo Gomes indica que deve apresentar novo parecer, menos restritivo, na próxima semana.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), relator do [PL 2338/2023](#) (*inteligência artificial*), durante participação no Painel Telebrasil, informou que deve apresentar a **terceira versão de seu parecer**, com um texto **menos restritivo, na próxima semana**. Com efeito, as atividades da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) – *prevista para encerrar no próximo dia 14* – devem ser prorrogadas para viabilizar eventuais ajustes e a deliberação do texto. O prazo será discutido com o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), embora Gomes avalie que sejam necessárias até três semanas para a deliberação na CTIA. Na ocasião, Gomes indicou que deve ser **retirada a exigência de avaliação preliminar** das ferramentas de IA pela administração pública. As regras relativas à **classificação de risco também devem ser aperfeiçoadas**, buscando facilitar seu entendimento.
  - » Por outro lado, sinalizou que deve ser **mantido o Sistema de Nacional de Regulação e Governança de IA**, a ser liderado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para coordenar a edição de **normativos pelos órgãos reguladores setoriais**. Nesse ponto, adicionou que o Poder Executivo parece disposto a reforçar a estrutura da Autoridade, para viabilizar a competência adicional. O relator classificou a mudança de perspectiva, como uma evolução do tema, apoiado nas experiências internacionais que reforçam a necessidade de uma legislação menos detalhada e mais alinhada ao desenvolvimento tecnológico. Enfatizou ainda o potencial brasileiro na atração de investimentos ligados à data centers, nos quais a aplicação de IA será um fator competitivo. Cabe reforçar que após a possível aprovação pelo Senado, a matéria retorna para apreciação da Câmara dos Deputados.
- **Apresentado parecer sobre incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial.** O deputado Sargento Portugal (PODE/RJ) apresentou **novο parecer favorável com substitutivo ao PL 4719/2023** (*incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial*) e ao [PL 1539/2024](#), apensado, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. O novo parecer do deputado Sargento Portugal **acrescenta dispositivo à Lei nº 8.248/1991 para incluir no rol de beneficiários de crédito financeiro** decorrente do dispêndio mínimo efetivamente aplicado em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) também pessoas jurídicas que exerçam atividades de **desenvolvimento ou produção de sistemas de inteligência artificial e comunicação**. Após análise da CCTI, a matéria segue para a análise das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, a matéria segue para o

Senado Federal – salvo interposição de recurso para deliberação também pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

## Inclusão Digital

- **Juscelino Filho destaca Novo PAC e Fust como grandes fontes de recurso para inclusão digital no país.** Durante evento em Brasília, que comemorou os 50 anos do Painel Telebrasil, o ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, enfatizou a relevância do Novo PAC (Programação de Aceleração do Crescimento) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) como principais instrumentos financeiros para promover a inclusão digital no Brasil. O Novo PAC, que contempla um eixo específico de inclusão digital, receberá investimentos de **R\$ 28 bilhões** até 2026, visando estender a conectividade para áreas remotas do país. O ministro ressaltou que essa iniciativa reflete a meta do governo do presidente Lula de não deixar ninguém para trás, priorizando a aceleração da inclusão digital em todo o território nacional. Além disso, Juscelino Filho destacou que, pela primeira vez, um dos maiores programas do governo incorpora um foco dedicado ao setor de telecomunicações, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do Brasil. Os recursos do Fust, segundo o ministro, também desempenham um papel crucial na expansão da inclusão digital, atingindo tanto regiões afastadas quanto grandes centros urbanos. Com informações de: [ASCOM MCom](#)
- **Ministério das Comunicações vai avançar no letramento digital para reduzir desigualdades digitais no Brasil.** O Ministério das Comunicações abordou nesta quarta-feira (6) a necessidade de promover o letramento digital entre os brasileiros durante o evento de encerramento das comemorações dos 50 anos do Telebrasil, realizado em Brasília. O secretário das Telecomunicações, **Hermano Tercius**, destacou que atualmente, cerca de 10% da população não utiliza a internet devido à falta de habilidades digitais, enquanto 70% dos usuários enfrentam dificuldades, resultando em um **acesso precário** às ferramentas online. Tercius enfatizou que a responsabilidade por essa qualificação não deve recair apenas sobre o setor de telecomunicações, mas também sobre as **grandes empresas de tecnologia**, que se beneficiam do ambiente digital. Ele revelou que o ministério tem dialogado com essas companhias para desenvolver iniciativas que promovam a inclusão digital e o letramento em todo o País. A proposta é garantir que todos os cidadãos possam acessar e utilizar a internet de forma eficiente, abrangendo serviços públicos e privados, comunicação via e-mail e compras online. A busca por maior inclusão digital é vista como um passo crucial para integrar todos os brasileiros ao novo ecossistema digital e reduzir as disparidades existentes no uso das tecnologias. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

## Transformação Digital

- **Anatel assume que faixa de 6GHz deixará de ser exclusiva do Wi-Fi.** O edital do leilão de 700 MHz já está em análise no Conselho Diretor da Anatel, sob a relatoria de **Vicente Aquino**, e a previsão é que seja publicado ainda este ano. **Carlos Baigorri**, presidente da Anatel, confirmou a expectativa de realizar o leilão no primeiro trimestre do próximo ano durante um painel sobre uso de espectro, realizado no Painel Telebrasil 2024. Após a aprovação do edital, será divulgado um cronograma para futuros leilões, com o intuito de oferecer previsibilidade ao mercado na gestão do espectro. Baigorri destacou que o modelo do leilão terá caráter regional e será voltado para áreas que ainda não contam com a faixa de 700 MHz, seguindo o formato dos lotes estabelecidos no **edital do 5G**. O presidente da Anatel também mencionou que as obrigações associadas ao leilão incluirão a cobertura das estradas, conforme a política pública vigente. A aprovação do texto pelo relator ainda é um passo necessário antes de concretizar essas etapas no processo, que são fundamentais para o avanço da tecnologia de comunicação no Brasil. Com informações de: [Abranet](#)

## Mídias Sociais

- **Anatel: Regulação das big techs terá consulta pública em 2025.** A Anatel terá uma proposta de regulação das big techs em 2025, adiantou nesta terça, o presidente da agência, **Carlos Baigorri**, ao participar do Painel Telebrasil 2024. “Na Anatel, fizemos três tomadas de subsídios ao longo desse ano e ano que vem vamos ter a consulta pública com a proposta de regulamentação sobre esse tema”, afirmou Baigorri. Ele acredita que a expansão da conectividade no Brasil foi bem sucedida ao longo das últimas décadas, mas que a inclusão depende de outros fatores. “À medida que as políticas públicas foram sendo bem executadas e a conectividade foi chegando a praticamente todos os rincões desse Brasil, começaram agora a surgir outros desafios, desafios de como garantir que as pessoas possam utilizar essas redes telecomunicações o serviço de conectividade de uma forma plena, de uma forma segura, com equipamentos adequados e com pleno conhecimento do que está sendo feito, sem sofrer fraude, sem sofrer golpes”, disse. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Pacheco defende atuação do Congresso para regular tecnologias digitais na abertura do P20.** Na abertura da 10ª Cúpula de Presidentes dos Paramentos do G20 (P20), o presidente do Senado brasileiro, **Rodrigo Pacheco** (PSD-MG), enfatizou a importância de um arcabouço legislativo que regule as tecnologias digitais e a mídia. Durante o evento, parte da programação do G20 no Brasil, Pacheco ressaltou que não se pode ignorar o papel fundamental das tecnologias digitais, especialmente da inteligência artificial e da internet das coisas, no enfrentamento dos desafios contemporâneos. Ele destacou a necessidade de uma infraestrutura digital que seja eficiente, inclusiva e resiliente, promovendo a conectividade global como um caminho para a redução das desigualdades sociais. Com informações de: [O Globo](#)



## Governo Digital

- **Comissão Gestora da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira reestrutura sistema de certificação digital.** A Comissão Gestora da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (CG ICP-Brasil) publicou a [Resolução nº 211/2024](#), que introduz uma nova categorização dos certificados digitais no país. Com a medida, foram criados **quatro novos tipos de certificados**: o Certificado Digital de Selo Eletrônico em Software (SE-S), o Certificado Digital de Selo Eletrônico em Hardware (SE-H), o Certificado Digital de Aplicações Específicas em Software (AE-S) e o Certificado Digital de Aplicações Específicas em Hardware (AE-H). Essa mudança visa modernizar e aprimorar a segurança digital nas transações eletrônicas, adequando a infraestrutura às necessidades contemporâneas do uso da tecnologia. Além da introdução das novas modalidades, a resolução também **extingue os certificados de assinatura dos tipos A1 e A2**, além dos certificados de sigilo classificados como S1, S2, S3 e S4, simplificando, assim, a oferta de opções no mercado.

## PD&I

- **Governo federal destina R\$ 740 milhões para popularização da ciência.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) revelou um pacote de investimento de **R\$ 740 milhões** voltado à popularização da ciência, durante a abertura da **21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, realizada em Brasília em 5 de novembro de 2024. Dentre as iniciativas, o programa Mais Ciência na Escola receberá **R\$ 200 milhões** para a instalação de laboratórios em **2 mil escolas públicas** e a oferta de 2 mil bolsas para professores e 20 mil para estudantes. Além disso, estão destinados R\$ 40 milhões para a realização de feiras de ciências e olimpíadas científicas. A ministra **Luciana Santos** ressaltou que essa ação está alinhada ao Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência), estabelecido por decreto presidencial em 2023, e enfatizou a colaboração entre diferentes órgãos governamentais para promover esses investimentos e parcerias. Com informações de: [Poder 360](#)
- **MCTI e MDIC alteram PPB de Módulos de Conectividade para Internet das Coisas.** Recentemente, foram publicadas as Portarias Interministeriais MDIC/MCTI [nº 84](#) e [nº 85/2024](#), que promovem alterações significativas no Processo Produtivo Básico (PPB) para os **Módulos de Conectividade da Internet das Coisas** (IoT) no Brasil. A **primeira portaria** se aplica a Módulos de Conectividade para a IoT industrializados em todo o território nacional, enfatizando que os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) devem ser direcionados a programas e projetos que atendam às prioridades nacionais nas áreas de tecnologias da informação e comunicação, conforme indicado pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI). Por outro lado, a **segunda portaria** trata especificamente do Módulo de Conectividade para a IoT fabricado na Zona Franca de Manaus, estabelecendo condições semelhantes, mas com foco na

**Amazônia Ocidental** ou no **Estado do Amapá**. De forma geral, as novas diretrizes visam incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento de soluções em IoT no país, apoiando iniciativas estratégicas que possam contribuir para o avanço tecnológico e o fortalecimento da infraestrutura digital brasileira.

- **BNDES: Crédito à indústria supera agro pela primeira vez desde 2016.** Em um marco significativo para a economia brasileira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reportou que, entre janeiro e setembro de 2023, pela primeira vez em sete anos, a indústria recebeu mais crédito do que o agronegócio. Embora os dados ainda estejam sendo finalizados, a instituição revelou que 27% dos financiamentos aprovados neste ano foram direcionados ao setor industrial, enquanto o agronegócio ficou com 26%. O presidente do BNDES, **Aloizio Mercadante**, atribuiu essa mudança a uma transformação na qualidade do crescimento brasileiro, enfatizando que a recuperação econômica tem sido impulsionada por investimentos na indústria. Ele mencionou que as condições macroeconômicas atuais, aliadas ao programa **Nova Indústria Brasil**, implementado pelo governo federal para promover o setor, têm contribuído significativamente para esse aumento. Mercadante destacou que a disparidade entre os créditos concedidos foi mais pronunciada em **2019**, quando apenas 17% dos financiamentos foram direcionados à indústria, em comparação a 28% para o agronegócio. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

- **Programa de aceleração oferece até R\$ 150 mil para startups.** A Serasa Experian lançou a 2ª edição do programa de aceleração “**Impulsiona Startups**”, com inscrições abertas até 17 de novembro, voltado para startups brasileiras que buscam inovar no acesso ao crédito e na saúde financeira. O programa selecionará **oito startups** para participar de uma jornada de aceleração de até seis meses, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e apoio para as iniciativas escolhidas. Além disso, as startups selecionadas poderão concorrer a um prêmio de até **R\$ 150 mil** em investimentos “*equity free*”, o que significa que não haverá exigência de participação societária nas empresas. Essa iniciativa da Serasa tem como objetivo estimular a criação de soluções tecnológicas que facilitem o acesso ao crédito e promovam a saúde financeira no Brasil. As startups interessadas podem se inscrever através de um [link](#) disponibilizado pela empresa. Com informações de: [Poder 360](#)

## Economia & Tributário

- **Presidente do Senado espera votação da regulamentação da Reforma Tributária ainda em 2024.** O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, afirmou que espera que a votação ocorra nos primeiros dias de dezembro, antes do término de seu mandato. Apesar de alguns líderes partidários terem sugerido adiar a análise da proposta para o ano que vem, Pacheco reafirmou a importância de concluir a reforma para evitar retrocessos e ressaltou que, embora o projeto atual não seja ideal, ajustes poderão ser feitos ao longo do tempo. Durante um evento em Brasília, enfatizou a necessidade de acelerar a finalização da reforma, que envolve a implementação de um novo sistema tributário e a

alíquota teste de 1% de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) prevista para 2026, um ano eleitoral que gera preocupações entre senadores. Líderes têm discutido a possibilidade de adiar essa transição para janeiro de 2027, mas essa alteração não seria viável, já que a mudança foi estabelecida na Emenda Constitucional aprovada anteriormente. Pacheco destacou a urgência de não criar obstáculos que inviabilizem a reforma, ao mesmo tempo que reconheceu as discussões que ainda precisam ser realizadas para aprimorar o texto. Com informações: [Globo](#)

- **Secretário extraordinário da reforma tributária enfatiza necessidade de regulamentação da reforma tributária ainda em 2024.** A urgência refere-se à aprovação dos novos tributos sobre o consumo, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Atualmente, o projeto de lei que regulamenta a reforma está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, com votação prevista para 4 de dezembro, embora o relator, senador Eduardo Braga, considere o prazo desafiador. Durante o 2º Simpósio Liberdade Econômica, realizado em Brasília, o secretário Bernard Appy destacou que, sem as leis complementares, o governo não conseguirá desenvolver os regulamentos e a parte operacional da reforma tributária, que inclui novas tecnologias como o sistema de split payment. O secretário ressaltou a importância dessa reforma para fomentar a liberdade econômica no Brasil, ao minimizar a sonegação e proporcionar condições de concorrência mais justas entre as empresas. Apesar da pressão do tempo, Appy expressou otimismo quanto à aprovação da legislação, confiando na colaboração entre setor privado, Parlamento e governo para enfrentar esse desafio. Com informações: [Valor Econômico](#)
- **Agenda de votação da reforma tributária no Senado enfrenta incertezas após presidente da CCJ e relator estenderem as audiências até 27 de novembro.** Isso contrasta com a expectativa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que previa a apreciação do projeto no dia 4 de dezembro, com a intenção de encaminhar o texto para a Câmara dos Deputados antes do final do seu mandato. Inicialmente programadas para 11 reuniões, agora estão previstas 13, embora encontros desta semana tenham sido cancelados devido ao P20, evento que reúne líderes parlamentares dos países do G20. Pacheco e o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, reiteraram a urgência na aprovação das regulamentações ainda neste ano, enfatizando a necessidade de comprometimento dos parlamentares e do setor produtivo. O governo espera a aprovação das leis complementares para definir os novos tributos que darão suporte à reforma, destacando dois projetos em tramitação: o PLP 68 e o PLP 108, que aborda o Comitê Gestor e questões administrativas, considerado mais acessível para votação. Com informações: [Valor Econômico](#)
- **PGDAU veicula propostas de transação para negociação de créditos inscritos na dívida ativa da União.** Destacamos a publicação no Diário Oficial da União (DOU) de hoje (04) do [Edital PGDAU nº 6 de 1 de novembro de 2024](#), que **veicula propostas de transação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para negociação de créditos inscritos na dívida ativa da União**. A medida estabelece que são elegíveis à transação os **créditos inscritos na dívida ativa da União**, mesmo em fase de execução



ajuizada ou objeto de parcelamento anterior rescindido, com exigibilidade suspensa ou não, cujo valor consolidado a ser objeto da negociação seja igual ou inferior a R\$ 45 milhões e: em relação às modalidades de transação, tenham sido inscritos em dívida ativa da União até 1º de agosto de 2024, inclusive; ou em relação nas inscrições com valor consolidado de até 60 salários-mínimos que tenha como sujeito passivo pessoa natural, microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, tenham sido inscritos em dívida ativa da União até 1º de novembro de 2023, inclusive. Determina que a referida transação envolverá possibilidade de **parcelamento, com ou sem alongamento em relação ao prazo ordinário de 60 meses**, observados os prazos máximos previstos na lei de regência da transação, bem como oferecimento de **descontos aos créditos inscritos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação** pela PGFN, observados os limites máximos previstos.

- » Às transações firmadas nos termos deste Edital aplicam-se integralmente as disposições da [Portaria PGFN nº 6.757, 29 de julho de 2022](#). As modalidades previstas **não contemplam o uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL**. A transação não exclui a possibilidade de adesão às demais modalidades de transação previstas na Portaria PGFN nº 6.757, 29 de julho de 2022, ou em outros Editais eventualmente abertos.

- **Incentivo fiscal para compra de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritos no PMCMV é devolvido à relatora.** O [PL 486/2019](#) (*incentivo fiscal para compra de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritos no PMCMV*) foi **devolvido à relatora**, deputada **Dayany Bittencourt** (UNIÃO-CE), para reexame na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Em agosto a relatora apresentou [parecer pela aprovação, com substitutivo](#) à matéria. Aguarda-se a apresentação de novo parecer ao projeto para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Cabe observar que a matéria foi devolvida à relatoria na esteira da apresentação do [Informativo nº 241/2024](#) pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) da Câmara dos Deputados, que analisou a adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do projeto. Segundo a análise, o projeto promove **impacto no orçamento da União**, sob a forma de renúncia de receita, e **impacto fiscal**, cujo montante não se acha devidamente explicitado e compensado, restando **desatendidas as exigências e condições** estabelecidas na **legislação de direito financeiro** aplicável ao **exame de adequação**. Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Designado relator de projeto que equipara o IRPJ e o adicional sobre lucros concessionárias de telecomunicações.** O deputado **Neto Carletto** (PP/BA) foi **designado relator** do [PL 2534/2022](#), no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP). A proposta **igual a alíquota** e propõe que a **parcela do lucro** das concessionárias de energia elétrica e **telecomunicações**, que **exceder a média dos dois anos anteriores**, descontada a inflação do período, seja **submetida a uma alíquota adicional de 10% no IRPJ**, propondo o **mesmo em relação a CSLL**. Além da CASP, a

matéria também será analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição de Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, vai ao Senado Federal – salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara.

- **Indústria nacional cresce 1,1% em setembro, segundo resultado positivo seguido.** O setor industrial brasileiro apresentou um crescimento de 1,1% entre agosto e setembro de 2023, seguindo uma ligeira alta de 0,2% no mês anterior. Analisando o cenário mais amplo, a **produção industrial registrou um aumento de 3,4% em relação a setembro do ano passado** e um avanço acumulado de 3,1% em 2023, com uma variação de 2,6% nos últimos 12 meses. Os dados, publicados pelo IBGE na Pesquisa Industrial Mensal, indicam que a indústria atualmente opera 3,1% acima dos níveis pré-pandemia, alcançando um patamar que ainda está 14,1% abaixo do pico histórico de maio de 2011. André Macedo, gerente da PIM Brasil, ressalta que o desempenho positivo de setembro reflete um crescimento acumulado de 1,4% nos dois últimos meses, revertendo a queda de 1,3% observada em julho. Ele destaca que as **perspectivas para 2024 são otimistas, com a indústria 2,9% acima dos níveis de dezembro de 2023**, devido à recuperação econômica e fatores como a geração de empregos, queda da taxa de desocupação, aumento da renda, além de condições de crédito mais favoráveis e menor inadimplência. Esse contexto tecnológico e financeiro aponta para um dinamismo crescente no setor industrial, sinalizando uma trajetória ascendente para o futuro próximo. Com informações de: [ASCOM IBGE](#)

## Internacional

- **Documento final do P20 defende combate à desigualdade com desenvolvimento sustentável.** Na 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20 (P20), realizada nos dias 7 e 8, em Brasília, os legisladores reafirmaram seu compromisso em enfrentar questões cruciais como a fome, a pobreza e a necessidade de desenvolvimento sustentável, além de ressaltarem a importância da reforma na governança global. O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira**, destacou que a união dos parlamentos é essencial para debater os desafios globais. A declaração final do encontro, que terá sua entrega oficial na cúpula do G20 programada para os dias 18 e 19 deste mês no Rio de Janeiro, carrega o lema “**Parlamentos por um mundo justo e um planeta sustentável**”. Entretanto, a delegação da Argentina optou por não assinar o documento, uma decisão que pode refletir tensões políticas entre os países da região. Este evento também marca a preparação para a próxima edição do P20, que ocorrerá na África do Sul em 2025, reforçando a continuidade do diálogo e da colaboração entre as nações. A cúpula evidenciou a crescente preocupação dos parlamentares com as questões tecnológicas e ambientais, considerando que um mundo justo e sustentável depende também da **inovação** e da **governança tecnológica**. Com informações de: [Agência Câmara](#)

## Administração Pública

- **ANATEL publica convocação para o Conselho Diretor.** Foi publicada, no Diário Oficial da União de hoje (6), a [Portaria 1.470/2024](#), com as convocações de **Daniel Martins D'Albuquerque** e **Vinicius Oliveira Caram Guimarães** para exercerem o encargo de **Conselheiros Substitutos** da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a partir de 6 de novembro, pelo prazo de **180 dias** (04/05/2025). A nova Lei das Agências, instituída pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, incluiu a figura de Diretores substitutos, para atuarem na vacância dos diretores titulares. É estabelecido que a lista de substituição é formada por **três servidores** das respectivas agências. Cada servidor permanece, no máximo, dois anos contínuos na lista de substituição. Conforme o texto da Lei, o mesmo substituto não pode exercer interinamente o cargo por mais de 180 dias contínuos, devendo ser convocado outro substituto, na ordem da lista, caso a vacância ou o impedimento do membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada se estenda além desse prazo.
- **Designado relator para matéria sobre Agências Reguladoras.** O deputado **Neto Carletto** (PP/BA) foi **designado relator** do [PL 1254/2024](#), no âmbito da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP). A matéria **veda a adoção** pela diretoria colegiada das **Agências Reguladoras de interpretação ou ato regulatório que contrarie** o sentido expresso de **dispositivo de lei** ou os objetivos pretendidos pelo legislador. A matéria aguarda apresentação de parecer do relator para sua deliberação na comissão. Além da CASP, o projeto também deverá ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, segue para o Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.

## Política

- **Agências reguladoras têm de respeitar formulador de políticas públicas, diz ministro.** O ministro de Minas e Energia, **Alexandre Silveira**, fez críticas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) durante uma declaração nesta sexta-feira (8), ressaltando a necessidade de que as agências reguladoras “respeitem” a formulação de políticas públicas, enfatizando que isso é fundamental para o progresso no setor. Silveira apontou para a falta de agilidade na regulamentação de políticas que, segundo ele, tem gerado atrasos nos processos encaminhados pela sua pasta. Em resposta a essa situação, o governo federal está avaliando a possibilidade de reestabelecer um mecanismo que permitiria à administração federal **estabelecer metas** junto às agências reguladoras, ampliando, assim, a influência dos ministérios na definição da agenda regulatória. Com informações de: [Teletime](#)

## Consultas & Compras Públicas

- **ANPD abre Tomada de Subsídios sobre Inteligência artificial e revisão de decisões automatizadas.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu nesta quarta (6) [Tomada de Subsídios](#) para receber contribuições sobre **inteligência artificial, revisão de decisões automatizadas e proteção de dados pessoais**. No escopo da consulta – *aberta a contribuições até o dia 5 de dezembro* – estão envolvidas questões como identificação de potenciais problemáticas associadas ao uso de IA em privacidade e proteção de dados, como viés algorítmico, opacidade dos sistemas de IA, limites específicos para o tratamento de dados pessoais sensíveis, e para o tratamento de dados pessoais de crianças, adolescentes e idosos, além de questões relacionadas aos direitos de eliminação e revogação do consentimento. Os interessados poderão fazer suas contribuições até o dia 5 de dezembro através do formulário disponibilizado no final da página da consulta. Eventuais relatórios, imagens ou outros anexos que façam parte da sua contribuição podem ser enviados para o e-mail [normatizacao@anpd.gov.br](mailto:normatizacao@anpd.gov.br), durante o prazo desta consulta. Somente serão aceitos por e-mail os materiais complementares às contribuições. Cada usuário somente pode enviar contribuições uma única vez. Portanto, é sugerido que todas as respostas sejam submetidas ao mesmo tempo, pois a plataforma não permite mais de uma contribuição por usuário.
- **BC abre duas consultas públicas para regular mercado de ativos virtuais.** O Banco Central (BC) lançou na sexta-feira duas consultas públicas com o objetivo de regulamentar o **mercado de ativos virtuais**, enfocando especialmente as plataformas de criptoativos, conhecidas como prestadoras de serviços de ativos virtuais (Vasps). A iniciativa visa garantir a proteção do consumidor, assegurar a estabilidade financeira e estabelecer requisitos para a autorização de funcionamento dessas plataformas. A primeira consulta ([109/2024](#)) aborda a criação de sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais, que são classificadas em **três categorias**: intermediárias, que facilitam a negociação e distribuição de ativos; custodiantes, encarregadas da custódia; e corretoras, que combinam funções das duas anteriores. Os **requisitos de capital mínimos** estabelecidos pelo regulador são de R\$ 1 milhão para intermediárias, R\$ 2 milhões para custodiantes e R\$ 3 milhões para corretoras, além de um adicional de R\$ 2 milhões para operações consideradas de maior risco, como contas de margem e staking de ativos digitais. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **SERPRO Abre Consulta Pública para Aquisição de Solução RFID para Gestão de Itens Patrimoniais.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) anunciou a **abertura de uma [Consulta Pública](#) até 13 de novembro**, com a finalidade de coletar sugestões para a **aquisição** ou locação de uma solução integrada destinada à gestão de itens patrimoniais. A proposta visa a utilização da tecnologia de identificação por radiofrequência (**RFID**), que promete otimizar o controle e a rastreabilidade de bens. As contribuições de interessados devem ser encaminhadas para o e-mail indicado pela instituição: [jeova.franca@serpro.gov.br](mailto:jeova.franca@serpro.gov.br).

- **SERPRO reabre Consulta Pública sobre gerenciamento de armazenamento de dados.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) anunciou a reabertura da [Consulta Pública](#), até o dia 21 de novembro, com o objetivo de **contratação de solução de gerenciamento de armazenamento de dados**, como serviço, **para os centros de dados do Serpro, incluindo instalação, configuração e implantação**. Esta consulta é complementar à realizada no dia 13 de junho, presente neste [link](#), que, após revisão dos requisitos e do modelo de contratação, o Serpro alterou-o para ser “**como serviço**”, com pagamento mensal. Assim, solicita ao mercado nova avaliação dos requisitos, acordo de níveis de serviço e modelo de contrato. As contribuições e podem ser enviadas para o e-mail [cpgerarmaz@serpro.gov.br](mailto:cpgerarmaz@serpro.gov.br).

## Nomeações

- **Ministério da Fazenda nomeia coordenador de Comunicação Digital.** O Ministério da Fazenda (MF) anunciou, por meio da [Portaria MF nº 1.753/2024](#), a **nomeação de Wesley Lopes Kuhn** para o cargo de coordenador de Conteúdo e Comunicação Digital da Coordenação-Geral de Comunicação e Estratégia.
- **Ministério da Gestão e Inovação nomeia substituto eventual na Coordenação de TI do MGI.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou a designação de **Ronny Peterson Guimarães** como substituto eventual na função de [Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação](#). A decisão foi formalizada pela [Portaria de Pessoal MGI nº 13.008/2024](#).
- **MF designa os membros que irão compor os grupos técnicos da Taxonomia Sustentável Brasileira.** O Ministério da Fazenda (MF) do Brasil oficializou, por meio da [Portaria de Pessoal CITSB/MF nº 8/2024](#), a designação de integrantes para os grupos técnicos responsáveis pelo desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira. Esta iniciativa visa coordenar e monitorar o progresso da referida taxonomia, em consonância com a [Resolução CITSB nº 2/2023](#).
- **MF designa os membros do Comitê Gestor do Comitê Institucional da Taxonomia Sustentável Brasileira.** O Ministério da Fazenda (MF) anunciou, por meio da [Portaria de Pessoal MF nº 1.996/2024](#), a nova composição do **Comitê Gestor do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira**. Essa decisão revoga a [Portaria MF nº 932/2024](#), que estabelecia a equipe anterior.